



**24 Maio 2017 | Lisboa | ISCTE-IUL**  
sala C.401, edifício II

**16h00-20h00**

**Entrada livre**

---

Este workshop constitui um espaço de apresentação e discussão de trabalhos de investigação em curso, realizados por alunos do Mestrado em História Moderna e Contemporânea (especialidade “Cidades e Património”) do ISCTE-IUL, integrados em duas equipas de projecto, uma sobre cidades coloniais e outra sobre cidades metropolitanas.

**Coordenação científica:** José Vicente Serrão (CIES-IUL)  
**Organização:** CIES-IUL & Mestrado em História Moderna e Contemporânea

---



# PROGRAMA

**Abertura**  
**16h00-16h15**

**José Vicente Serrão**  
As cidades e os poderes: abordagens possíveis.

**Painel 1**  
**16h15-18h00**

Moderador

**Jesús-Angel Redondo**

CIDEHUS  
U. Évora

## **Cidades: espaços de contestação e resistência, 1891-1917**

**João Sabugueiro**  
Revoltas urbanas e movimento republicano.

**Gracinda Vicente**  
Porto, 31 de Janeiro de 1891: movimento político ou revolta popular?

**Luís Pitarma**  
Revoltas do campo na cidade: a greve de Évora, 1912.

**Teresa Tomás Marques**  
A Revolta da Batata: Lisboa, 1917.

**Painel 2**  
**18h00-20h00**

Moderadora

**Ana Vaz Milheiro**

DINAMIA  
ISCTE-IUL

## **Cidades fortificadas no império português**

**Ana Campos**  
Do forte à cidade, da cidade ao forte: estado da questão.

**Bruno Brito**  
Fortificações urbanas no Atlântico: o Forte de S. Brás de P. Delgada.

**Bernardo Rodrigo**  
A cidade da Baía, 1549-1640: o sistema defensivo.

**Teresa Osório**  
Edificações militares da Ilha de Moçambique nos séculos XVI e XVII.

**Raquel Santos**  
Diu e a Fortaleza de São Tomé.

# RESUMOS

## José Vicente Serrão

---

### **As cidades e os poderes: abordagens possíveis.**

As cidades são expressão de poder, desde logo o poder simbólico do seu estatuto, mas também o seu poder político, administrativo, eclesiástico, económico, militar, e outros. Projectam esse poder para os seus próprios habitantes e para o exterior, seja para o seu *hinterland*, seja para outras cidades. Mas a cidade é também um lugar de múltiplos poderes, que se afirmam, cruzam e concorrem no seu interior. Neste workshop exploram-se várias abordagens possíveis à relação entre cidades e poderes. Para o universo das cidades coloniais portuguesas, o tema é desenvolvido a partir do papel das fortalezas, claro instrumento de afirmação do poder *para fora*, mas também condicionador da ordem dos poderes *de dentro*. No caso das cidades metropolitanas, o tema é discutido a partir do papel das cidades como espaços de resistência e revolta. Também aí se observa o poder *das* cidades e os poderes *na* cidade.



## **Painel CIDADES: ESPAÇOS DE CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA, 1891-1917**

### João Sabugueiro

---

### **Revoltas urbanas e movimento republicano.**

Esta equipa de projecto escolheu como tema de investigação as cidades enquanto espaços de contestação e resistência, 1891-1917. As cidades são um espaço privilegiado das interações sociais nas suas diversas dimensões, nomeadamente a política e a cultural, espelhando a própria multiplicidade das categorias sociais. Por outro lado, a importância das cidades traduz-se também na forma como exercem ou influenciam o poder nos seus diversos vectores. Neste contexto, o objectivo geral deste projecto é debater qual o significado, o papel e a influência de revoltas urbanas registadas em Portugal entre 1891 e 1917, um período que abrange a ascensão e a consolidação do movimento republicano. Para o efeito, foram escolhidos como casos de estudo as cidades metropolitanas do Porto, Évora e Lisboa, as quais representam uma razoável distribuição geográfica e abrangência territorial. Em concreto, são objecto de estudo a revolta de 31 Janeiro de 1891 no Porto, a greve dos trabalhadores rurais em Évora (1912) e a Revolta da Batata em Lisboa em Maio de 1917. Que causas estiveram subjacentes a estas revoltas, qual o seu perfil predominante (se político, sindical ou social), qual o protagonismo das instituições e poderes, que impactos tiveram na vida quotidiana, que articulações e inter-influências se verificaram entre cidades, como reagiram as instituições do poder central perante a contestação e resistência ocorrida nesta três cidades – estas são as principais questões de partida aplicadas aos três estudos.

## Gracinda Vicente

### **Porto, 31 de Janeiro de 1891: movimento político ou revolta popular?**

Na revolta do Porto de 1891 cruzam-se motivações políticas, reivindicações profissionais e descontentamento popular. Desencadeada e executada como uma insurreição militar, em particular pela classe dos sargentos, apoiada nas ruas por populares que traduziam o sentimento de revolta pelas suas condições sociais, enquadrada em termos mais gerais pela reacção popular ao *Ultimatum* britânico e ao tratado luso-britânico do ano anterior, a fracassada revolta do Porto foi ainda incitada por alguma imprensa republicana, e acabou mesmo com uma efémera proclamação da República. Nesta conjugação de motivações tão diversas tem sido difícil descortinar qual o sentido predominante da rebelião. O certo é que foi mais uma manifestação do uso da cidade como espaço de contestação e resistência. Neste trabalho recorre-se sobretudo à imprensa e aos registos e memórias de personalidades envolvidas mais directamente ou menos nos acontecimentos, como fontes para uma reavaliação do significado desta revolta urbana.

## Luís Pitarma

### **Revoltas do campo na cidade: a greve de Évora, 1912.**

Os primeiros anos após a implantação da República em Portugal (1910) testemunharam o exacerbar da instabilidade social, onde a prévia ordem havia sido quebrada e dera lugar à competição entre vários grupos e facções, desejosos de garantir benesses para si dentro deste novo regime. A nova legislação e acção das instituições iriam inflamar o já existente confronto entre as novas elites no poder e os grupos sociais desfavorecidos. O objectivo do presente trabalho é estudar a greve geral de Évora de 1912, iniciada pelos trabalhadores rurais da região, que se revoltaram na cidade em prol da defesa dos compromissos laborais que haviam conquistado no ano anterior, enquadrada nesse contexto de consolidação da Primeira República. Aqui se analisam as alterações nos poderes locais e nacionais que levaram à repressão dos trabalhadores e dos sindicatos numa lógica de comparação com a greve de 1911 na mesma cidade, a qual tivera um desfecho favorável para os grevistas. Será também analisada a estrutura socioeconómica da região, os principais actores com poderes de intervenção, as influências ideológicas e o decorrer dos eventos nesse mês de Janeiro, com o auxílio da imprensa contemporânea, dos debates parlamentares e das memórias e estudos sobre o tema.

## Teresa Tomás Marques

### **A Revolta da Batata: Lisboa, 1917.**

Tendo como ponto de partida "A Revolta da Batata" na capital do país, em Maio de 1917, propomo-nos avaliar a realidade impopular vivida pela população de Lisboa, resultante da questão directamente relacionada com a falta de alimentos, nesta cidade, não só como consequência da fragilidade política vivida, consubstancializada pelo governo de Afonso Costa, como pelas novas realidades causadas pelo conflito internacional que afligia a Europa, acentuadas com a entrada de Portugal na Grande Guerra ao lado dos aliados. Como interpretar esta revolta? Pela instabilidade política, miséria, fome, carestia da vida, falta de produtos alimentares básicos, como o pão, ou a batata, racionamento, açambarcamento e consequente especulação de preços, que originam e propiciam tensões sociais, por parte das classes menos protegidas e mais vulneráveis a este tipo de acontecimentos? Ou pelas fragilidades da República em meios urbanos, na segunda década do século XX, abaladas pelo período conturbado de 1914-1918, vivenciado pela Europa, ao qual Portugal não podia ser indiferente e que causaram o agravamento das condições de vida da população lisboeta?



## Painel CIDADES FORTIFICADAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

**Ana Campos**

---

### **Do forte à cidade, da cidade ao forte: estado da questão.**

Este projecto de equipa pretende (re)avaliar o papel das fortificações militares na formação da rede urbana do império português ao longo da época moderna. De que modo as fortalezas condicionaram as suas cidades, e de que modo estas determinaram as características e funções daquelas, eis a grande questão de partida. Para garantir abrangência e diversidade geográfica, foram seleccionados quatro casos de estudo, um por continente: o forte de S. Brás de Ponta Delgada (Europa atlântica), o sistema de fortalezas de Salvador da Bahia, no Brasil (América do Sul), a fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique (África), e a fortaleza de Diu, na Índia (Ásia). Todas as fortalezas em estudo datam inicialmente do século XVI, o que, por seu turno, confere coerência cronológica aos vários casos que integram o projecto, facilitando os propósitos comparativos. No mesmo sentido, foi definida uma grelha de questões comuns, sintetizadas em seis pontos: qual foi o contexto e as origens da fortaleza; como se pensou a sua arquitectura e as funções militares; como se articularam as fortalezas e os poderes militares com a ordem dos poderes das cidades; que papel desempenharam nas dinâmicas sociais e económicas das suas cidades; que alterações sofreram após a sua construção e, por último, em que estado se encontram e que função desempenham actualmente. Os vários trabalhos assentam numa exploração de fontes primárias e na revisitação da abundante bibliografia temática já disponível.

**Bruno Brito**

---

### **Fortificações urbanas no Atlântico: o Forte de S. Brás de Ponta Delgada.**

Nos séculos XVI e XVII, os mares do Atlântico eram cruzados por rotas comerciais onde circulavam as especiarias da Índia e de África, a prata da América, bem como o tráfico de escravos dos territórios africanos para as Américas ou para a Europa. Mas eram também mares onde imperava o medo dos marinheiros e das populações dos núcleos urbanos insulares, devido à frequência de ataques e saques por parte piratas e corsários magrebins, franceses, holandeses e ingleses. É especialmente neste contexto que deve ser entendida a construção de fortificações no arquipélago dos Açores, uma área estratégica para a navegação portuguesa e espanhola do Atlântico. Este *paper* discute o impacto do forte de São Brás na cidade de Ponta Delgada. Analisa-se a sua construção e o seu financiamento, o equipamento de artilharia e a actividade militar que lhe esteve associada. É enquadrado face às dinâmicas políticas e económicas que marcam a história da cidade e dos Açores nos séculos XVI e XVII. E dá-se também uma especial atenção à inserção do forte e dos governadores militares na ordem dos poderes de Ponta Delgada, nomeadamente na sua articulação com os poderes municipais.

## **Bernardo Rodrigo**

---

### **A cidade da Baía, 1549-1640: o sistema defensivo.**

Diante do falhanço da tentativa de colonização do Brasil pela iniciativa privada (capitanias donatárias) e da sua crescente cobiça por outras potências europeias, a coroa portuguesa decidiu criar um Governo-Geral no Brasil, instalando-o numa cidade, a ser construída, com o nome de S. Salvador da Baía. A defesa perante os inimigos externos era vista com grande preocupação. Mas os fundadores da cidade rapidamente tomaram consciência da impossibilidade técnica de erigir uma cidade-fortaleza. As dimensões da baía em si (a maior da costa brasileira e do Atlântico Sul) ampliavam de tal modo a escala de defesa da cidade que se tornava impossível pensar em sistemas envolventes. Aliás, como já notou Renata Araújo, não há nenhuma cidade-fortaleza no Brasil. Há cidade(s) e fortaleza(s). Há a leitura do território na base do pensamento de defesa. As fortalezas que compõem o sistema defensivo de Salvador são talvez o melhor exemplo desta leitura. A contínua implementação do sistema de defesa faz com que seja também Salvador o melhor lugar para ver as tipologias que foram sendo utilizadas. Das fortalezas portuguesas instaladas na paisagem de Salvador, destacamos o Forte de Nossa Senhora de Monserrate, uma das poucas fortificações que ainda conservam a sua feição original do fim do século XVI.

## **Teresa Osório**

---

### **Edificações militares da Ilha de Moçambique nos séculos XVI e XVII.**

Desde 1508 e durante cerca de cinquenta anos, a fortaleza de São Gabriel foi o único edifício fortificado da Ilha de Moçambique. Perante a ameaça das galeras turcas munidas de artilharia, que começavam a navegar junto à costa do Oceano Índico, a construção de uma nova fortaleza revelou-se uma necessidade de primeira ordem para a preservação da segurança da Ilha de Moçambique. A partir do início da construção da fortaleza de São Sebastião, em 1558, e até cerca de 1583, data em que terá sido concluída, verificou-se o desenvolvimento da cidade (então ainda vila) em torno das suas muralhas, através da edificação de casas e de igrejas. Nos anos seguintes, a fortaleza sofreu dois cercos, conseguindo resistir com sucesso, mas não escapando à necessidade de sucessivas intervenções arquitectónicas. O presente trabalho visa analisar o desenvolvimento urbano da Ilha de Moçambique, tendo especialmente em conta o papel das suas edificações militares, e que tipo de organização urbanística e arquitectónica geraram no pequeno território. Paralelamente, tenta-se averiguar como ocorreram os cercos dos holandeses e quais foram as suas consequências. Por fim, discute-se o lugar dos elementos militares nas estruturas de poder estabelecidas na Ilha.

## **Raquel Santos**

---

### **Diu e a Fortaleza de São Tomé.**

O presente *paper* tem como objeto de estudo a cidade de Diu e a sua fortaleza, a Fortaleza de São Tomé. Pretende-se com a sua realização um conjunto de objetivos. Em primeiro lugar, é essencial compreender a importância comercial e geográfica de Diu no contexto do império português. Em segundo lugar, perceber quem foram os responsáveis portugueses pela conquista da cidade, desde a batalha de 1509 até à assinatura do tratado de paz com o rei de Cambaia no ano de 1535. Em terceiro lugar, analisar de que modo se procedeu à construção da fortaleza de São Tomé; sobre este ponto, destaco como crucial abordar a arquitetura militar da fortaleza de modo a determinar o poderio militar da cidade de Diu durante o período cronológico em análise. Em quarto lugar, examinar de que modo os dois cercos à cidade exigiram uma profunda reconstrução da fortaleza. Por fim, pretende-se apreender até que ponto se desenvolveu em Diu, por iniciativa portuguesa, uma ideia de cidade e em que termos a mesma estaria enquadrada nas características das cidades coloniais portuguesas.